



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**AUDIÇÃO PÚBLICA**

**PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2018**

**PALÁCIO DE SÃO BENTO – 7 NOVEMBRO DE 2017**

O propósito que nos traz hoje é do nosso interesse direto, enquanto cidadãos portugueses e europeus. Ele tem impacto na nossa atividade enquanto parlamentares e na vida concreta de todos nós.

Para Portugal, membro da União Europeia sem *opting-outs* e empenhado na construção europeia desde a sua adesão às comunidades europeias em 1986, as temáticas europeias prendem-se diretamente com a vida nacional.

Não surpreende por conseguinte que analisemos com atenção o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018. O seu mote é pertinente: *uma agenda para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática.*

Estes são três bens que ambicionamos e que vão de par.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

É por um lado um programa de continuidade, que se propõe prosseguir e concluir o trabalho em curso e é, por outro lado, um documento prospetivo, que aponta para novas iniciativas.

Nas primeiras se incluem áreas tão importantes como o Digital, a Cibersegurança, a Economia Circular, ou a União de Energia.

No enquadramento feito da atual conjuntura económica o documento salienta, e bem, o crescimento económico na União Europeia. Portugal acompanha e supera aliás a média europeia.

Porém, como o Programa de Trabalho menciona a vários títulos, há muito por fazer para completar a União Económica e Monetária que consideramos o desafio e a prioridade dos Estados que integram a eurozona.

São particularmente de ter em atenção duas propostas concretas:

- A criação de um Fundo Monetário Europeu;
- A consignação de uma linha orçamental – dentro do orçamento da União Europeia – para a zona euro.

São duas propostas que vão na boa direção. Contudo, elas não esgotam a agenda nesta área. Uma preocupação fundamental que subsiste é a necessidade de a zona euro aperfeiçoar a sua capacidade de enfrentar os choques assimétricos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

O objetivo da convergência não deve ser negligenciado, não apenas para os potenciais candidatos à adesão ao euro mas também para aqueles que sendo membros se vêm por vezes confrontados com as consequências nefastas de políticas pró-cíclicas.

Do mesmo modo, seguimos com atenção o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que terá uma Cimeira especial em Gotemburgo.

Ao avançar nestas áreas o documento não o faz em isolamento de outras. É o caso da capacidade de projeção externa da Europa. Quando hoje se afirma que caminhamos para um mundo cada vez mais global, parece-nos claro que a resposta a estes desafios só ganhará se for feita em união, de modo a que a voz de cada um dos Parceiros tenha capacidade de se fazer ouvir externamente com mais eficácia.

Da nossa parte, Nação com tradição secular de presença noutros continentes, somos naturalmente abertos ao fortalecimento dos laços com África e a América latina, em particular o MERCOSUL.

E não surpreenderá que, enquanto Estado-nação euro-atlântico, lembremos quanto há de perene no nosso relacionamento com os Estados unidos e o Canadá, Países amigos e onde residem centenas de milhares de nossos compatriotas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

No Anexo ao Programa de Trabalho, donde constam as iniciativas em que a Comissão Europeia se propõe avançar, sobressai uma de grande acuidade e interesse para Portugal. Falo do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, que se quer desenvolver de modo a que seja uma força no sentido pleno da palavra, com capacidades operacionais próprias.

É sabido o impacto que têm os fogos florestais em Portugal. É também sabido que a solidariedade europeia, pela qual exprimimos a nossa gratidão, nem sempre foi a mais célere, por razões inerentes ao modo de funcionamento atual do Mecanismo Europeu de Proteção Civil da União Europeia. Daí vemos como potencialmente desejável o reforço da cooperação nesta área.

E diga-se também que o espectro de situações de emergência é bem mais vasto que a problemática dos fogos florestais, uma vez que compreende não apenas os desastres naturais mas igualmente os de origem tecnológica.

Esta iniciativa tem ainda o potencial de tornar mais próxima a Europa dos cidadãos, na medida em que a sua realização concreta espelha um dos sentimentos mais nobres da Humanidade: a solidariedade.

Em suma, Senhores Comissários, Senhores Deputados, o Programa de trabalho da Comissão é um documento rico e complexo, que sai do chamado *business as usual*, e que por isso merece o nosso melhor cuidado e empenho.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Cabe aos Senhores Deputados pronunciarem-se e cabe-me, enquanto Presidente da Assembleia da República, agradecer aos Senhores Comissários a sua presença.

Podem estar cientes de que a Assembleia da República tem bem presente e está bem atenta aos direitos e deveres que lhe incumbem conforme o Tratado de Lisboa, documento que mantém a sua plena atualidade e potencial de realização.

Muito obrigado.

Eduardo Ferro Rodrigues